

# RESSOCIALIZAR E REINTEGRAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM RECOMEÇO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.268152524015>

*Data de aceite: 11/02/2025*

### **Jonival Pinto Wanzeler**

Graduação em Matemática pela Universidade Federal do Pará- UFPA (2011). Especialista em Metodologia do ensino de Matemática pela Faculdade UNINTER (2013). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS

### **Jaqueline Mendes Bastos**

Professora Doutora Jaqueline Mendes Bastos (UFPA – Campus Abaetetuba)  
DOUTORA EM EDUCAÇÃO PELA UFRN

como Foucault (1999), Lima (2012) e Mirabete (2006). A conclusão indica que as políticas ressocializadoras e reintegradoras precisam assistir além das instituições penais, uma vez que, a sociedade, ainda, é muito resistente quanto a acolher um ex-detento no mercado de trabalho, e que as parcerias entre Estado e empresas são extremamente importantes, assim como os trabalhos das ONGs, que acolhem e direcionam as pessoas que deixaram as unidades prisionais e querem um novo recomeço.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ressocializar. Reintegrar. Mercado de trabalho

### **RESOCIALIZING AND REINTEGRATING: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR A FRESH START**

**RESUMO:** As reflexões abordadas nesse artigo falam sobre ressocializar e reintegrar pessoas privadas de liberdade que precisam voltar ao convívio social, mas que ainda encontram muitas barreiras para ingressarem no mercado de trabalho, uma vez que, a sociedade por temer sua segurança, acabam negando a oportunidade de um novo recomeço. O texto analisa as propostas de reintegração social do cárcere para a vida em sociedade, verificando quais oportunidades ressocializadoras o cárcere oferece, atualmente, a pessoas privadas de liberdade. A metodologia, desse estudo, decorre de uma pesquisa bibliográfica, traçando um diálogo com alguns autores

**ABSTRACT:** The reflections addressed in this article talk about resocializing and reintegrating people deprived of liberty who need to return to social life, but who still encounter many barriers to entering the job market, since society, out of fear for their safety, ends up denying them the opportunity to a new beginning. The text analyzes proposals for social reintegration from prison to life in society, verifying which resocializing opportunities prison currently offers to people deprived of their liberty. The methodology of this study stems from a

bibliographical research, tracing a dialogue with some authors such as Foucault (1999), Lima (2012) and Mirabete (2006). The conclusion indicates that resocializing and reintegrative policies need to go beyond penal institutions, since society is still very resistant to welcoming a former prisoner into the job market, and that partnerships between the State and companies are extremely important, as is the work of NGOs, which welcome and guide people who have left prison units and want a fresh start.

**KEYWORDS:** Resocialize. Reinstate. Job market

## INTRODUÇÃO

Partindo da concepção da capacidade que o homem tem para se reinventar, o faz único e transformador, o que reflete no seu modo de vida. Quando se faz uma reflexão histórica, observa-se como os valores e costumes mudam conforme o pensamento humano muda, e isso está inserido no nosso cotidiano, pois viemos de uma geração que acreditávamos que “quando trovejava era porque Deus estava bravo”, ensinamento de nossos pais. Esse entendimento empírico, também, influenciou o modo de reprimir as atitudes violentas do homem, desde os castigos da antiguidade, das torturas, das penas de morte, até chegar nas propostas de ressocializar e reintegrar a pessoa privada de liberdade.

Diante da possibilidade de estudar e trabalhar, dentro do cárcere, a pessoa privada de liberdade, além da possibilidade de remir pena pelo trabalho, ainda recebe formação profissional, que é uma forma de restituir a dignidade humana, fornecendo-lhes conhecimento necessário para ingressar no mercado de trabalho e interagir socialmente. Segundo Albegaria (1996, P. 139):

...] a ressocialização é um dos direitos fundamentais do preso e está vinculada ao welfare statate (estado social de direito), que [...] se empenha por assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, para ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. O delinqüente, como indivíduo em situação difícil e como cidadão, tem direito à sua reincorporação social. Essa concepção tem o mérito de solicitar e exigir a cooperação de todos os especialistas em ciências do homem para uma missão eminentemente humana e que pode contribuir para o bem-estar da humanidade.

O autor evidencia a importância do trabalho de ressocialização como mediador para reintegrar o apenado ao convívio social, uma vez que, o sistema penal, deixou de ser apenas um local de privação de liberdade, mas uma instituição com propostas concretas de possibilitar um novo recomeço, aos que por algum motivo seguiram esse mundo perigoso das drogas e ou da violência. Dessa forma, o principal foco das políticas ressocializadoras e reintegradoras é transformar o pensamento e as atitudes do homem, de modo que ele possa ser reintegrado na sociedade de forma tranquila e possa contribuir com o mercado de trabalho, estando apto a desempenhar uma função, ser remunerado e, por conseguinte, manter-se sem precisar cometer crimes ou atos violentos, na ilusão de uma vida ilícita, que só contribui para a decadência do mesmo.

E na busca por esclarecimentos sobre a eficácia dessas políticas ressocializadoras e reintegradoras, esse artigo construiu uma reflexão bibliográfica, desenvolvendo uma análise conceitual do tema abordado fazendo relação com a sociedade, para entender até que ponto a mesma consegue compreender seus objetivos; e de que forma as propostas ressocializadoras e reintegradoras são aceitas no mercado de trabalho, evidenciando as dificuldades que os ex-detentos encontram quando saem das unidades prisionais, depois de cumprirem suas penas, e vão em busca de um trabalho remunerado para subsidiar seu próprio sustento.

## **RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO: PRÁTICA SOCIAL DO CÁRCERE PARA A VIDA EM SOCIEDADE**

Segundo Coelho (1987, p. 13):

De fato, como pode pretender a prisão ressocializar o criminoso quando ela o isola do convívio com a sociedade e o incapacita, por essa forma, para as práticas de sociabilidade? Como pode pretender reintegrá-lo ao convívio social quando é a própria prisão que o impele para a "sociedade dos cativos", onde a prática do crime valoriza o indivíduo e o torna respeitável para a massa carcerária?

O autor traça questionamentos fazendo alusão aos modelos prisionais instituídos ao longo da história da humanidade, desde os castigos severos até os modelos ressocializadores, que propõem a possibilidade de um novo recomeço, mas que ainda, assim, seguem o modelo de isolamento social, sendo uma possível barreira à possibilidade de recomeçar e reintegrar ao convívio social. Esse questionamento abre uma discussão sobre criar possibilidades para uma pessoa que se encontra privada de liberdade voltar ao convívio social preparado para atuar no mercado de trabalho, com respeito e responsabilidade ao próximo, quebrando o ciclo de quem comete mais crime é mais respeitado, pois esse pensamento só contribui para o aumento da violência.

Existem muitas discussões sobre inclusão, sobre inserir pessoas ao convívio social sem qualquer distinção, mas, a realidade é que, em meio a uma sociedade heterogênea torna-se um processo deverasmente complexo quanto ao processo de aceitação, principalmente quando se trata de uma pessoa que esteve no cárcere. Baratta (2004) apresenta a proposta de reintegração em contraposição às concepções correcionais, técnicas de tratamento e ressocialização, onde:

"Tratamento" e "ressocialização" pressupõem uma postura passiva do detento e ativa das instituições: são heranças anacrônicas da velha criminologia positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade, considerando acriticamente esta como "boa" e aquele como "mau". Já o entendimento da reintegração social requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão. (BARATTA, 2004, p. 3).

O autor entende os processos de tratamento e ressocialização, nas cadeias, como atividades alienadas, onde o aprisionado apenas espera por medidas que o recoloca na sociedade, na posição de submisso que precisa ser aceito pela sociedade, como se fosse alguém incapaz que o Estado precisa encontrar um lugar para recolocar na sociedade. Essa visão alienada, segundo o autor, precisa dar espaço a reintegração, entendida como um processo de troca, de interação entre as unidades prisionais e a sociedade, onde um reconhece o outro e busca espaço para que todos possam interagir socialmente.

Borges, Pereira e Aquino (2012, p. 3) entendem que:

nenhum sujeito encontra-se não integrado ou fora da sociedade. Pode estar, sim, fora do contexto ou dos valores defendidos pela sociedade capitalista, onde todos têm de ter uma função definida e um papel estabelecido, sendo o homem valorizado pelo que ele tem e pelo que ele próprio produz.

Os autores defendem que a vida em sociedade já é uma forma de integração e que ninguém está fora desse ciclo, mesmo que estejam seguindo contextos diferentes, ou seja, a partir do momento que o indivíduo nasce, ele já está inserido em um contexto social, com liberdade para interagir e evoluir seguindo o ciclo natural da vida de nascer, crescer, estudar, trabalhar e constituir um modo de vida tranquilo. No entanto, existem aquelas pessoas que optam pelo caminho mais perigoso, com drogas e violência, que acham que podem entrar e sair a hora que desejarem, mas a realidade é que ao entrar se coloca em riscos extremos e pode acabar morto ou recluso nas instituições penais, dentro de um contexto social carcerário, que obriga o Estado buscar uma forma de mudar a vida dessa pessoa para que ela possa estar sendo reintegrada ao convívio social sem oferecer riscos aos demais.

As primeiras noções de penas aplicadas à criminosos não eram pensadas como isolamento do meio social, mas como revidar injusta agressões, com a finalidade de dar uma resposta árdua à injusta agressão. Foucault (1987) relata uma execução ocorrida em 1757:

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris aonde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça de Grêve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (1987, p. 5).

Tentar materializar o relato do autor é constituir uma cena de terror, atualmente, vista somente em filmes. Entretanto, o fato é que, o autor reporta a uma época onde a punição dos crimes era respondida em teor extremo, fazendo jus a um dito popular, “pagar na mesma moeda”, nesse caso o pagamento era um pouco mais caro. Nesse período, não existia uma política para reintegrar o apenado à sociedade, pois tudo era resolvido em uma só ação, o que poderia soar como resposta a um problema, onde a vida e o ciclo social eram encerrados mediante a prática de um crime.

O pensamento humano evoluiu e a reflexão da realidade também, tanto que agora o Estado entende que as práticas de violência surgem de inúmeros problemas sociais, que não justificam práticas criminosas, mas que apontam a origem do problema, pois a visão de que o criminoso precisa morrer ou permanecer fora do convívio social, só acentua a violência, se não estiver subsidiado com propostas de ressocialização e reintegração social. Mirabete (2000) defende que:

O trabalho prisional não constitui, portanto, per se, uma agravação da pena, nem deve ser doloroso e mortificante, mas um mecanismo de complemento do processo de reinserção social para prover a readaptação do preso, prepará-lo para uma profissão, inculcar-lhe hábitos de trabalho e evitar a ociosidade (MIRABETE, 2000, p.87).

O autor mostra a importância de entender que a privação de liberdade é necessária mediante práticas criminosas, mas que o aprisionamento deve ser compreendido como a privação da liberdade de locomoção, o que não impede a inserção de políticas públicas ressocializadoras e educacionais, ou seja, a pessoa privada de sua liberdade estará impedida de circular socialmente, mas não impossibilitada de estudar, se profissionalizar e trabalhar dentro do cárcere na produção e confecções de produtos artesanais, por exemplo. O fato é que, conseguir ressocializar uma pessoa significa um a menos cometendo crimes no contexto social, o que reforça o estado de segurança da sociedade.

O trabalho prisional é uma possibilidade de readaptação social, conforme Mirabete (2000) destacou a ideia de Francisco Aruz ao relatar que:

O trabalho do preso “é imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar evita os efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do ponto de vista sanitário é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para suas necessidades e para subvencionar sua família; do ponto de vista da ressocialização, o homem que conhece um ofício tem mais possibilidades de fazer vida honrada ao sair em liberdade” (ARUS, apud MIRABETE, 2000, p.88).

O autor demonstra que o trabalho executado pelo apripionado enquadra-se em diversas ramificações sociais, também, como uma forma de refletir sua própria realidade e compreender novas possibilidades de reintegração na sociedade, longe de situações criminosas.

A Lei de Execução Penal de nº 7.210, de 11 de julho de 1984, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente João Figueiredo, em seu Art. 1º, diz que:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (<https://www.jusbrasil.com.br/>)

O Art. 1º da Lei de Execução Penal expressa o principal objetivo das instituições penais atualmente, que é executar as penas aplicadas ao aprisionado, mas ao mesmo tempo proporcionar condições de reintegração social, pois na maioria dos casos, a pessoa privada de liberdade, após cumprir sua pena de reclusão deverá voltar ao convívio social. Segundo, Renato Marcão:

A execução penal deve objetivar a integração social do condenado ou do internado, já que adotada a teoria mista ou eclética, segundo a qual a natureza retributiva da pena não busca apenas a prevenção, mas também a humanização. Objetiva-se, por meio da execução, punir e humanizar. (MARCÃO, 2015, p. 32)

Segundo o autor, a Lei de Execução Penal, além de assegurar o cumprimento das penas de reclusão, também, subsidia a execução de políticas (re)socializadoras dentro das instituições penais, mesmo que com cumprimento restrito das mesmas, pois elas só podem acontecer mediante um ambiente adequado e seguro, tanto para quem está cumprindo pena, quanto para os policiais penais e corpo diretivo e administrativo. No entendimento de Foucault (1999), o aprisionamento é um ato que não recupera a pessoa, uma vez que:

[...] a ideia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores. Porque é incapaz de responder à especificidade dos crimes. Porque é desprovida de efeitos sobre o público. Porque é inútil à sociedade, até nociva e cara. Mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhe os vícios. (FOUCAULT 1999, p. 102)

Na visão do autor, o sistema prisional é visto, por muitos reformadores, como um local caro para a sociedade e que não consegue despertar, no aprisionado, o entendimento de transformação, de recomeçar dentro de um modo de vida sem violências ou drogas, que suas práticas contribuem para que a violência se propague. Realmente, o processo de ressocializar e reintegrar uma pessoa que veio de um mundo circundado por muita violência e drogas, não é fácil, mesmo com todo assistencialismo disponibilizado, pois sua visão de mundo é muito distorcida, o que exige ainda mais do sistema prisional, que precisa devolver uma resposta positiva para a sociedade. De acordo com Kuehne (2013, p. 32):

O trabalho, sem dúvida, além de outros tantos fatores apresenta um instrumento de relevante importância para o objetivo maior da Lei de Execução Penal, que é devolver a Sociedade uma pessoa em condições de ser útil. É lamentável ver e saber que estamos no campo eminentemente pragmático, haja vista que as unidades da federação não têm aproveitado o potencial da mão de obra que os cárceres disponibilizam.

O autor defende a ideia de que o principal dever da execução penal não é punir, reprimir ou castigar o condenado, mas construir meios para que ele se recupere, na verdade, consiga se ressocializar para ser reintegrado à sociedade e não volte mais a fazer parte dos aprisionados das instituições penais. Porém, a realidade das instituições penais, que sofrem com a superlotação, conforme dados divulgados, por Gabriel Bentes, em OLIBERAL. Com, que:

Por mais um ano consecutivo, a população carcerária brasileira, considerando presos condenados e provisórios, cresceu. Segundo **dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**, a quantidade de **peessoas presas passou de 832.295 em 2022 para 852.010 em 2023**, expressando uma alta de 2,4%. Desta população, 805.291 são homens e 46.719 são mulheres. Assim, o sistema carcerário segue com um **déficit expressivo de vagas**, uma vez que tem condições dignas de comportar 643.173 pessoas. (<https://www.oliberal.com/brasil/populacao-carceraria-do-brasil-cresce-novamente-e-ultrapassa-852-mil-presos-quase-70-sao-negros-1.853694>)

Segundo dados, que o autor extraiu do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, em 2023, houve uma alta de 2,4% da população carcerária no Brasil, que em números representa cerca de 19.715 a mais de pessoas privadas de liberdade dentro das unidades prisionais, que possuem apenas 643.173 vagas para comportar os aprisionados, mas devido ao elevado número de prisões precisa acomodar um total de 852.010 PPLs. Os dados levantados acima alertam para uma situação de caos em meio ao desenvolvimento social, uma vez que, os índices de aprisionamento deveriam diminuir ao invés de aumentar, que para Porto (2007, p. 22):

A superlotação é o mais grave – e crônico – problema que aflige o sistema prisional brasileiro. A par de viabilizar qualquer técnica de ressocialização, a superlotação tem ocasionado a morte de detentos face à propagação de doenças contagiosas, como a tuberculose, entre a população carcerária.

Segundo o autor, a superlotação é um dos problemas mais graves que o sistema prisional enfrenta, além da dificuldade de desenvolver os projetos e políticas ressocializadoras, ainda precisam enfrentar a superlotação das cadeias, e encontrar uma maneira de fazer tudo isso funcionar, de forma que os indivíduos sejam ressocializados e reintegrados a sociedade. As políticas de ressocialização precisam funcionar de forma eficaz para evitar e reincidência do PPL às instituições penais, e evitar que as novas gerações ingressem no mundo do crime, da violência e das drogas.

## OS DESAFIOS DE UM NOVO RECOMEÇAR PÓS-CÁRCERE

Em pleno século XXI, diante de uma sociedade contemporânea, extremamente moderna e tecnológica, que defende a renovação dos valores humanos e luta pelo fim do preconceito, mas que ainda teme quando ouve falar sobre reinserção social, ou seja, reintegrar a pessoa privada de liberdade ao convívio social, constituindo um abismo entre as políticas públicas desenvolvidas no cárcere e a realidade fora dele, uma vez que, a maioria deles não conseguem ingressar no mercado de trabalho quando o empregador descobre que se trata de ex-detento, conforme Herkenhoff descreve após entrevistar pessoas que já estiveram privadas de liberdade, ele relata que:

Nenhum dos presos ou ex-presos entrevistados acredita que a prisão recupere alguém. A prisão é percebida como um lugar de castigo. A sociedade não dá ao preso oportunidade de abandonar a vida do crime. As dificuldades de reinserção social foram descritas, e a marca de ex-detento foi assinado como perpétua e terrível. (HERKENHOFF 1998, p. 95)

O autor faz um breve relato da realidade de muitos ex-detentos que estudaram, se profissionalizaram no cárcere, mas que não conseguem fazer parte do mercado de trabalho, pois a marca da passagem pelo cárcere é um símbolo de exclusão social, em pleno século XXI, na maioria dos empregadores. Também, é importante frisar que a exclusão não acontece somente no mercado de trabalho, pois, em algumas situações, a própria família opta pelo afastamento, talvez pelo cansaço ou por desacreditar na mudança.

Diante de uma realidade social circundada de receios, preconceitos e afastamento, Greco destaca que:

[...] devemos entender que, mais que um simples problema de Direito Penal, a ressocialização, antes de tudo, é um problema político-social do Estado. Enquanto não houver vontade política, o problema da ressocialização será insolúvel. De que adianta, por exemplo, fazer com que o detento aprenda uma profissão ou um ofício dentro da penitenciária se, ao sair, ao tentar se reintegrar na sociedade, não conseguirá trabalhar? E se tiver de voltar ao mesmo ambiente promíscuo do qual fora retirado para fazer com que cumprisse sua pena? Enfim, são problemas sociais que devem ser enfrentados paralelamente, ou mesmo antecipadamente [...]. (GRECO 2011, p. 477)

O autor enfatiza a necessidade de mais informação, de mais oportunidade para quem aderiu a possibilidade de um novo recomeço, pois sem oportunidades de emprego, aumenta a possibilidade de voltar ao cárcere. O autor, também, ressalta a importância de o Estado criar possibilidades de empregos para ex-detentos, de forma que a sociedade comece compreender que os trabalhos desenvolvidos no cárcere, mesmo com todas as dificuldades, conseguem transformar o pensamento humano, pois se continuarem excluídos do convívio social e do mercado de trabalho, de nada vai adiantar as políticas ressocializadoras para além do cárcere.



Baierl (2004, p. 70-71) destaca que:

a cultura do medo tem levado as pessoas a intensificarem suas próprias medidas visando uma suposta diminuição de vulnerabilidade, como a construção de muros e barreiras, assim como a se isolarem dentro de suas próprias casas, proporcionando uma mudança radical de comportamento, levando as pessoas a buscarem a viver em condomínios fechados, o que demonstra que a segurança atualmente é uma mercadoria vendida no mercado sob formas cada vez mais sofisticadas e variadas.

O autor faz uma reflexão sobre a cultura do medo, que constrói paradigmas nocivos a quem está em busca de uma oportunidade para mudar de vida, onde as pessoas edificam muralhas para se protegerem, dificultando a reintegração social de quem passou pelo cárcere e aproveitou as atividades internas para estudar e se profissionalizar, e voltar ao convívio social ressocializado e preparado para o mercado de trabalho. Histórias, de mudança e transformação, de ex-presidiários que ingressaram no mercado de trabalho e conseguiram mudar suas vidas, são poucas quando comparadas a população carcerária do Brasil, talvez a sociedade precise, também, se ressocializar no sentido de entender, que aquela pessoa aprisionada participou de aulas sistemáticas e fez cursos profissionalizantes, para mudar sua vida, para ter a oportunidade de um recomeço.

Diante dessa realidade, o Estado se vê obrigado a criar políticas públicas para subsidiar o ingresso do ex-detento ao mercado de trabalho, criando parcerias com empresas, subsidiando trabalhos com ONGs. Segundo, Rosângela Lobo Teixeira Zizler, em seu artigo publicado no site [jusbrasil.com.br](http://jusbrasil.com.br):

A conclusão lógica é que basicamente não são suficientes somente as ações repressoras do crime, como maior policiamento e melhoria do sistema carcerário. Urge tomar medidas de ações afirmativas no sentido de oferecer aos reabilitados chances paritárias ou equivalentes aos que os demais da população economicamente ativa detêm para se conseguir uma colocação no mercado de trabalho. (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politicas-publicas-para-o-incentivo-a-reinsercao-de-egressos-do-sistema-prisional-no-mercado-de-trabalho/236654933>)

A autora ressalta a importância de estender o trabalho da ressocialização para além dos muros das instituições penais, de forma a acompanhar o ex-detento até sua inserção e estabilidade no mercado de trabalho, construindo um laço de segurança e confiança entre empregado e empregador. A autora continua propondo que:

Incentivar o setor da iniciativa privada, no sentido de amparar essa classe discriminada e desfavorecida, possibilitando uma chance de direito ao trabalho, é o foco do presente ensaio: Sem uma chance no mercado de trabalho, os reabilitados ficarão de fato desprovidos de uma possibilidade real e eficaz de se ressocializar e readquirir sua plena cidadania, contribuindo assim para a melhoria da segurança pública, se não se reincidirem no crime. (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politicas-publicas-para-o-incentivo-a-reinsercao-de-egressos-do-sistema-prisional-no-mercado-de-trabalho/236654933>)

Isso significa que os projetos educacionais e profissionalizantes que os detentos recebem, enquanto apenados, serão em vão se o mercado de trabalho não os acolher, pois isso é necessário buscar parcerias entre o Estado e o setor da iniciativa privada, propiciando incentivos fiscais e redução de impostos, em troca da contratação de pessoas que estiveram na situação de cárcere.

Além das parcerias com o setor privado, existem ONGs criadas para ajudar ex-presidiários a ingressarem na sociedade e no mercado de trabalho. Segundo o Blog – Recomeçar 360, entre elas estão: o Instituto Recomeçar, Instituto Ação Pela Paz, Resposta PRO, Reflexões da Liberdade, Passarela Alternativa, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), Pastoral Carcerária. E, mesmo com parcerias e iniciativas de algumas ONGs, não é o suficiente para acolher e ingressar todos os ex-detentos ao mercado de trabalho, pois muitos ainda regressam ao sistema prisional, que Leandro Aguiar reforça afirmando que:

Em todo o Brasil, apenas 24% dos presos trabalham, mostram dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais. [...]. De acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, 46% dos egressos retornam para as prisões após reincidir em delitos – o que não quer dizer que os 54% restantes conseguiram se restabelecer após o cárcere. (<https://apublica.org/2023/12/prevista-em-lei-ressocializacao-de-presos-e-excecao-estatistica-no-brasil/>)

Os dados acima comprovam a necessidade de mais incentivos para estender as políticas ressocializadoras até o mercado de trabalho, pois diante desses resultados, torna-se necessário acompanhar o aprisionado desde o cárcere até sua reintegração social, pois com incentivo a estudo e profissionalização, ter um índice de 46% de reincidência prisional, sem a certeza que os outros 54% estão ressocializados, demonstra que algo não está dando certo, que esse problema precisa ser detectado e buscar solução para amenizar essa realidade. Contudo, é preciso acreditar em dias melhores, em índices mais animadores, em pessoas com mais oportunidade de emprego e perseverança para querer mudar de vida.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta das reflexões, desse artigo, segue um estudo bibliográfico, para dialogar sobre os conceitos e trajetórias que as políticas ressocializadoras e reintegradoras conseguem alcançar dentro e fora do cárcere, até que ponto elas conseguem direcionar a vida da pessoa que está privada de liberdade. Para tal, constituiu-se um diálogo com alguns autores, que contribuíram significativamente para a consolidação dessas propostas reintegradoras e ressocializadoras do cárcere para a vida em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade humana é um bem superior, que jamais deveria ser subtraído, pois quando o sistema falha, quem perde é o homem, e de alguma forma a dignidade humana esvaíra, seja por questões políticas, sociais, econômicas ou culturais, mas o fato é que o homem se vê forçado a viver uma vida restrita, o que acaba levando alguns a um mundo de violência, que pode resultar em reclusão ou, até mesmo, a morte.

Entender que a dignidade humana é um bem precioso, é saber a importância das políticas ressocializadoras e reintegradoras que o sistema penal desenvolve nas unidades prisionais, uma vez que, visa reestruturar o apenado, de modo que ele volte ao convívio social mais preparado e qualificado para interagir e atuar no mercado de trabalho, diminuindo a possibilidade que este volte a delinquir. A ressocialização quer devolver a sociedade um ser ativo, autônomo e participativo preparado para ingressar no mercado de trabalho, mas é importante frisar que esse processo sofre diante de muitos problemas, principalmente estrutural, pois com unidades prisionais superlotadas fica difícil assistir todos que se encontram privados de liberdade, o que é importante enfatizar, pois nem todos os aprisionados deixam as unidades prisionais ressocializados, ou porque não tinham o perfil para ingressar nos projetos ou porque não quiseram ingressar.

A sociedade, em si, ainda não está preparada para lidar com essa proposta reintegradora de ex-detentos, uma vez que, o medo da violência restringe a socialização e as possibilidades empregatícias, por isso, o Estado se viu obrigado a criar parcerias com empresas, diminuindo impostos, para que estas abram espaços para receber, profissionalmente, ex-detentos, que querem trabalhar e ter uma vida estabilizada e tranquila, longe do mundo das drogas e da violência. Diante dessa realidade, é gritante a necessidade de esclarecimentos para a sociedade e assistencialismo do sistema penal, até que o apenado esteja integrado ao mercado de trabalho, ação que pode diminuir consideravelmente a reincidência prisional, que ainda é muito alta no Brasil.

O trabalho assistencialista das ONGs é de suma importância na vida dessas pessoas que querem um novo recomeço, sem violência. Optar pelo caminho das drogas e da violência, para muitos é buscar um modo de vida fácil, mas é pura ilusão, porque essa facilidade vai se transformar em vício e perigo, e o fim da dignidade enquanto ser humano, pois vai viver uma realidade circundada de violência, perseguição e muitas vezes, a perda da própria vida.

## REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. Das penas e da execução penal. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BARATTA. Alessandro. Ressocialização ou Controle Social. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BORGES, Maria Celia; PEREIRA, Helena de Ornelas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernández. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1376/2454>. Acessado em 27 de janeiro de 2025.

COELHO, Edmundo C. A oficina do diabo: crise e conflitos n Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. 4<sup>a</sup> ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Impe-tus, v.1, 2011.

HERKENHOFF, João Baptista. Crime- Tratamento sem prisão- Relato da experiência de uma justiça criminal alternativa, 1998. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

KUHENE, Maurício. Lei de Execução Penal Anotada. 11. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2013.

Lei de Execução Penal I LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>. Acessado em: 15 de janeiro de 2025.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

ONGs que ajudam ex-presidiários. Disponível em: <https://recomecar360.org/ongs-que-ajudam-ex-presi-darios/>. Acessado em: 18 de janeiro de 2025.

Políticas públicas para o incentivo à reinserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politicas-publicas-para-o-incentivo-a-reinsercao-de-egressos-do-sistema-prisional-no-mercado-de-trabalho/236654933>. Acessado em: 18 de janeiro de 2025.

População carcerária do Brasil cresce novamente e ultrapassa 852 mil presos; quase 70% são negros. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/populacao-carceraria-do-brasil-cresce-novamente-e-ultrapassa-852-mil-presos-quase-70-sao-negros-1.853694>. Acessado em: 16 de janeiro de 2025.

PORTO, Roberto. Crime Organizado e Sistema Prisional. São Paulo: Atlas. 2007.

Prevista em lei, ressocialização de presos é exceção estatística no Brasil. Disponível em: <https://apublica.org/2023/12/prevista-em-lei-ressocializacao-de-presos-e-excecao-estatistica=no-brasil/#:~:text=N%C3%A3o%20h%C3%A1%20um%20dado%20exato,se%20restabelecer%20ap%C3%B3s%20o%20c%C3%A1rcere..> Acessado em: 18 de janeiro de 2025.